

15. Viva o Bairro - Aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal minuta do protocolo a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Viva o Bairro, nos termos da leitura conjugada das alíneas *i)* e *n)* do n.º 2 do artigo 23.º e alínea *o)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 115431

Data: 29/12/2023

Assunto: Viva o Bairro - Aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

PROPOSTA: Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, minuta do protocolo a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Viva o Bairro, nos termos da leitura conjugada do artigo 23.º, n.º 2, alíneas i) e n), e do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Considerando que:

1. O Programa Viva o Bairro foi criado e gerido pelo Município de Braga em parceria com BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.
2. Este Programa nasceu como resultado de uma dinâmica colaborativa, promovida pelas entidades acima referidas e dinamizada pelo Human Power Hub | Centro de Inovação Social de Braga, com as Associações de Moradores do concelho.
3. A concretização do Programa é assegurada através das dinâmicas que resultam da realização de Assembleias de Moradores, com carácter informal, que se assumem como um espaço de concertação e discussão de projetos no sentido de garantir “a existência de um habitat que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva

e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais”, tal como previsto no n.º 2 do Artigo 14.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada através da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro.

4. O Município de Braga pretende, com este Programa, continuar a dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem-Estar.
5. São objetivos específicos do Programa Viva o Bairro os seguintes:
 - a) Promover o desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;
 - b) Contribuir para uma efetiva melhoria dos espaços intervencionados de forma a permitir e reforçar a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos;
 - c) Criar um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e da iniciativa local.
6. Terminada a fase de apreciação das candidaturas, foi proposto pelo júri lista final de candidaturas aprovadas, com a respetiva pontuação, e minuta de protocolo de transferência de verbas.
7. Conforme estabelecido no artigo 13.º do respetivo regulamento, após a publicitação da lista definitiva das candidaturas admitidas, os promotores serão notificados para a assinatura de um protocolo com o Município de Braga e com a BragaHabit, cuja respetiva minuta será aprovada pela Câmara Municipal e no qual serão determinadas as principais condições a observar na execução dos respetivos projetos, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação dos apoios financeiros e não financeiros concedidos.

Em face do exposto, para cumprimento do estabelecido no artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, propõe-se que o Executivo Municipal aprove a minuta do protocolo a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas, conforme documento em anexo.

O Vereador da Câmara Municipal de Braga,

Anexos:

1. Minuta do protocolo
2. Despacho de aprovação das candidaturas
3. Informação de cabimento e compromisso

PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E

..... NO ÂMBITO DA 2ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

....., pessoa coletiva n.º, com sede, n.º., 4700-000 Braga, neste ato representado por, na qualidade de, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados na

Cláusula 7.^a, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;

- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.^a

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a apresentação de documentos que comprovem a realização da atividade ou da despesa incorrida para o efeito.

CLÁUSULA 4.^a

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.

CLÁUSULA 5.^a

(Enquadramento legal)

- 1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do

D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.

2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Chefe de Divisão, a exercer funções na Divisão de Coesão Social e Solidariedade, Dr. António Direito.

CLÁUSULA 6.ª

(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.ª

(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos.

CLÁUSULA 8.ª

(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.ª

(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.

3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,



Braga, _____ de _____ de 202_



2ª Edição do Programa Viva o Bairro (2023/2024)

Despacho

Nos termos do disposto no número 5 do Artigo 12.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, as entidades promotoras dos projetos são notificadas da listagem preliminar e respetiva pontuação, podendo apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias úteis. Findo este prazo, o Júri aprecia as reclamações e organiza a lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação do Presidente da Câmara.

Face à proposta que me foi endereçada pelo Júri que, após o final do período definido para a apresentação de reclamações, confirmou a listagem preliminar e respetiva pontuação divulgada no dia 28 de novembro de 2023, aprovo a lista que consta em anexo a este despacho.

A assinatura dos protocolos de colaboração e transferência de verbas com as entidades promotoras dos projetos aprovados será agendada oportunamente, após aprovação das respetivas minutas em reunião de Executivo Municipal.

Braga, 15 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,



2ª Edição do Programa Viva o Bairro
Listagem Final das Candidaturas Admitidas e Pontuadas

Projeto	Entidade(s) Promotora(s)	Entidade(s) Parceira(s)	Participação (0 a 30)	Pertinência e Complementaridade (0 a 20)	Coesão Social e Territorial (0 a 20)	Sustentabilidade (0 a 20)	Inovação (0 a 10)	Total de Pontos	Aprovado/Não Aprovado	Financiamento
Viva às Andorinhas	Associação de Moradores das Andorinhas	Associação Agora Bracarense	25,00	20,00	18,00	18,00	8,00	89,00	Aprovado	20 000,00 €
Bairro Alegre	Associação de Moradores do Bairro da Alegria	Junta de Freguesia de S. Victor	25,00	20,00	18,00	18,00	6,00	87,00	Aprovado	20 000,00 €
Escola de Música e Cidadania	Associação Rede do Bem & Fundação Bomfim	União de Freguesias de Braga S. José de S. Lázaro e de S. João do Souto & Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva	25,00	18,00	18,00	15,00	9,00	85,00	Aprovado	29 997,50 €
Envelhecimento Ativo	Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas	Junta de Freguesia de S. Victor, Casa do Areal & Liga Portuguesa Contra o Cancro	25,00	19,00	18,00	16,00	6,00	84,00	Aprovado	20 000,00 €
2º Festival Internacional de Ilusionismo	Associação de Moradores de Montélios e S. Frutuoso	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, Associação de Moradores do Parque Norte & Escoteiros de Braga - Grupo 53 Real	25,00	16,00	16,00	12,00	8,00	77,00	Aprovado	20 000,00 €
Hortas Comunitárias	Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva	União de Freguesias de Braga S. José de S. Lázaro e de S. João do Souto	25,00	15,00	15,00	15,00	5,00	75,00	Aprovado	10 000,00 €
Das Ruas para o Ringue	Associação Parretas Team - APT	União de Freguesias de Braga Máximos, Sé e Cividade	20,00	18,00	16,00	8,00	5,00	67,00	Aprovado	20 000,00 €
Academia Tecl@rt	Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa	Junta de Freguesia de S. Victor & Associação Juvenil "A Bogalha"	15,00	15,00	18,00	12,00	5,00	65,00	Aprovado	20 000,00 €
CATIVAR 2.0	Associação Juvenil "A Bogalha"	Junta de Freguesia de S. Victor, Casa de Saúde do Bom Jesus & Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	15,00	15,00	15,00	12,00	5,00	62,00	Aprovado	20 000,00 €
Turma do Bairro	Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária	ADMS - Braga	15,00	11,00	11,00	10,00	5,00	52,00	Aprovado	20 000,00 €